REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR

THE INTEGRATION OF WOMEN INTO THE MILITARY POLICE

LA INSERCIÓN DE LA MUJER EN LA POLICÍA MILITAR

Cléber Aparecido Rado[1]

e666526
https://doi.org/10.47820/recima21.v6i6.6526

PUBLICADO: 6/2025

RESUMO

A inserção da mulher na Polícia Militar representa um marco na desconstrução de estigmas históricos associados ao papel feminino na sociedade e à hegemonia masculina nas instituições de segurança pública. Ao longo das décadas, o ingresso feminino nas corporações militares têm avançado de forma gradual, impulsionado pelas lutas por igualdade de gênero e por mudanças nas políticas públicas voltadas à inclusão. No entanto, a presença feminina ainda enfrenta barreiras culturais, institucionais e estruturais que limitam sua plena integração e ascensão profissional. A dualidade entre o cumprimento das funções operacionais e os papéis sociais tradicionalmente atribuídos às mulheres desafia os padrões estabelecidos e impõe um processo constante de ressignificação. Além disso, estereótipos, desigualdades salariais, assédio moral e sexual ainda são realidades enfrentadas no cotidiano militar. Apesar disso, é notório o protagonismo e a resiliência das policiais militares, que, mesmo diante de adversidades, têm contribuído de forma significativa para a humanização da segurança pública e para o fortalecimento das instituições. Este trabalho busca refletir sobre os avanços e desafios da presença feminina nesse espaço historicamente masculinizado, destacando a importância da valorização e do reconhecimento da mulher no exercício da função policial.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia Militar. Inserção feminina. Igualdade.

ABSTRACT

The inclusion of women in the Military Police represents a milestone in the deconstruction of historical stigmas associated with the female role in society and male hegemony in public security institutions. Over the decades, the entry of women into military forces has progressed gradually, driven by struggles for gender equality and changes in public policies aimed at inclusion. However, the presence of women still faces cultural, institutional and structural barriers that limit their full integration and professional advancement. The duality between the fulfillment of operational functions and the social roles traditionally attributed to women challenges established standards and imposes a constant process of resignification. In addition, stereotypes, salary inequalities, moral and sexual harassment are still realities faced in the daily military. Despite this, the protagonism and resilience of female military police officers is notorious, who, even in the face of adversity, have contributed significantly to the humanization of public security and to the strengthening of institutions. This work seeks to reflect on the advances and challenges of the female presence in this historically masculinized space, highlighting the importance of valuing and recognizing women in the exercise of the police function.

KEYWORDS: *Military Police. Female inclusion. Equality.*

RESUMEN

La inclusión de mujeres en la Policía Militar representa un hito en la deconstrucción de los estigmas históricos asociados al rol femenino en la sociedad y a la hegemonía masculina en las

[1] Polícia Militar.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

instituciones de seguridad pública. A lo largo de las décadas, la incorporación de mujeres a las fuerzas militares ha progresado gradualmente, impulsada por las luchas por la igualdad de género y los cambios en las políticas públicas orientadas a la inclusión. Sin embargo, la presencia de mujeres aún enfrenta barreras culturales, institucionales y estructurales que limitan su plena integración y desarrollo profesional. La dualidad entre el cumplimiento de funciones operativas y los roles sociales tradicionalmente atribuidos a las mujeres desafía los estándares establecidos e impone un proceso constante de resignificación. Además, los estereotipos, las desigualdades salariales, el acoso moral y sexual siguen siendo realidades que se enfrentan en la vida cotidiana de las fuerzas armadas. A pesar de ello, es notorio el protagonismo y la resiliencia de las mujeres policías militares, quienes, incluso ante la adversidad, han contribuido significativamente a la humanización de la seguridad pública y al fortalecimiento de las instituciones. Este trabajo busca reflexionar sobre los avances y desafíos de la presencia femenina en este espacio históricamente masculinizado, destacando la importancia de valorar y reconocer a las mujeres en el ejercicio de la función policial.

***PALABRAS CLAVE**: Policía Militar. Inclusión femenina. Igualdad.*

INTRODUÇÃO

A presença feminina nas instituições militares representa uma conquista relativamente recente e ainda marcada por desafios que perpassam o campo jurídico, social e cultural. A Polícia Militar, tradicionalmente reconhecida como espaço de atuação masculina, passou a ser questionada à medida que as mulheres buscaram romper com padrões excludentes e reivindicar seu direito de pertencer aos quadros operacionais de segurança pública. Essa movimentação, longe de ser apenas simbólica, reflete uma luta concreta por reconhecimento, igualdade e legitimidade no exercício da autoridade e da força legalmente instituída (Ferreira, 2022).

Ao longo do tempo, a trajetória da mulher na Polícia Militar foi se consolidando com base em avanços legislativos e sociais, mas também enfrentando resistências enraizadas em estruturas patriarcais. A inserção feminina nesse espaço ainda é marcada por processos de adaptação e disputas simbólicas, em que as mulheres precisam constantemente provar sua competência e sua adequação aos moldes institucionais. Essa exigência imposta às policiais evidencia um processo de micropolítica institucional que perpetua desigualdades veladas (González González, 1997).

É preciso compreender que o ambiente militar ainda reproduz valores masculinos que dificultam a plena integração das mulheres. A hierarquia, a disciplina rígida e o culto à força física são elementos que podem funcionar como barreiras à equidade de gênero. Nesse sentido, a experiência feminina nas corporações policiais não se limita ao desempenho técnico das funções, mas envolve um esforço constante de negociação identitária, em que a policial precisa equilibrar sua condição de mulher com as exigências do cargo (Schactae, 2015).

Os desafios enfrentados pelas mulheres nesse espaço também revelam a existência de uma cultura organizacional que tende a manter os papéis de gênero tradicionais, mesmo em um

ambiente que deveria promover neutralidade. Ainda há estigmas e preconceitos relacionados à suposta fragilidade feminina, o que se reflete na alocação das policiais em funções administrativas ou em setores considerados “mais adequados” ao perfil feminino. Essas práticas silenciosas contribuem para a manutenção de um sistema que favorece os homens em termos de reconhecimento e ascensão (Calazans, 2005).

Apesar disso, a atuação das mulheres na Polícia Militar tem demonstrado capacidade, competência e sensibilidade, características que contribuem para humanizar o serviço policial e promover novas formas de abordagem e resolução de conflitos. Diversos estudos apontam que a presença feminina pode estar relacionada a uma redução no uso excessivo da força e a uma maior capacidade de diálogo em situações críticas. Essa perspectiva amplia o entendimento do papel da mulher não como exceção, mas como agente essencial de transformação institucional (Lara *et al.,* 2011).

A reflexão sobre a inserção da mulher na Polícia Militar também deve considerar os contextos históricos e regionais que moldaram essa trajetória. Em estados como Minas Gerais e Paraná, por exemplo, a inclusão feminina se deu de forma progressiva, mas marcada por tensões e experiências diversas. A construção desse espaço foi feita com muito esforço, enfrentando resistências internas e externas que, mesmo diante da normatização do ingresso feminino, ainda se manifestam nas práticas cotidianas e nos discursos institucionalizados (Alves, 2011).

No campo mais amplo das políticas públicas, é necessário reconhecer os esforços relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 5, que trata da igualdade de gênero. A presença da mulher na segurança pública está diretamente relacionada à efetivação desse objetivo, e requer que os gestores públicos adotem estratégias práticas e efetivas para garantir equidade, segurança e reconhecimento. A promoção de uma cultura de igualdade deve ser constante e refletida tanto nas políticas internas das instituições quanto nas ações voltadas à sociedade (De Lima, W.; De Lima, C., 2022).

Por fim, refletir sobre a presença da mulher na Polícia Militar é refletir sobre o enfrentamento das desigualdades de gênero que ainda persistem em diversos espaços sociais. Como demonstrado por estudos recentes, a igualdade nas organizações não depende apenas da presença física das mulheres, mas de sua real valorização enquanto profissionais e sujeitos de direito. A inclusão efetiva só será possível quando o ambiente institucional for capaz de se transformar e reconhecer que a diferença de gênero não é obstáculo, mas potência para o aprimoramento da segurança pública (Canguçu *et al.,* 2021).

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

1. MÉTODO

A construção da presente pesquisa seguiu uma abordagem metodológica qualitativa, uma vez que o tema em análise — a inserção da mulher na Polícia Militar — demanda uma compreensão sensível e profunda das dinâmicas sociais, institucionais e históricas que atravessam essa realidade. A escolha por essa abordagem justifica-se pelo interesse em investigar percepções, experiências, resistências e transformações culturais que não poderiam ser plenamente apreendidas por meio de métodos exclusivamente quantitativos. Assim, a análise busca compreender não apenas os dados formais e normativos, mas também os sentidos e significados atribuídos pelas próprias protagonistas e pela instituição que as acolhe ou resiste à sua presença.

A metodologia fundamenta-se na pesquisa bibliográfica e documental, com base em autores que tratam das questões de gênero, do papel das instituições militares e da trajetória histórica da mulher no serviço público, especialmente no campo da segurança. Foram consultadas obras clássicas e contemporâneas, artigos acadêmicos, legislações específicas, resoluções institucionais, além de normas internas das corporações militares estaduais. Essa escolha visa não apenas oferecer um panorama teórico robusto, mas também possibilitar a identificação de lacunas normativas e contradições entre os discursos de igualdade e as práticas cotidianas dentro da Polícia Militar.

Além disso, a pesquisa também se apoia na análise de dados secundários oriundos de instituições públicas, como o IBGE, o Ministério da Justiça, os portais de transparência das corporações estaduais e relatórios de entidades voltadas à defesa dos direitos da mulher. A consulta a esses documentos complementa o esforço de compreensão da realidade vivida pelas mulheres militares, revelando estatísticas sobre efetivo feminino, índices de assédio, progressão na carreira, distribuição de funções e permanência no serviço ativo. Esses dados, quando lidos à luz da teoria crítica de gênero, ganham densidade interpretativa e permitem uma leitura mais próxima da complexidade do fenômeno estudado.

Embora a pesquisa não envolva entrevistas ou observações em campo, seu caráter exploratório permite levantar questões relevantes para futuras investigações empíricas. O enfoque adotado prioriza a articulação entre teoria e realidade institucional, abrindo caminho para reflexões sobre políticas públicas, gestão de pessoas nas forças de segurança e os impactos da cultura organizacional militar sobre a subjetividade e o desempenho profissional das mulheres. A opção por uma análise crítica, comprometida com os direitos humanos e com a equidade de gênero, foi pensada para produzir conhecimento que dialogue com a sociedade e com a própria Polícia Militar como agente de transformação.

Por fim, esta metodologia não pretende esgotar o tema, mas oferecer uma base sólida para o debate acadêmico e institucional. A escolha por fontes confiáveis, o rigor na leitura teórica e a constante preocupação ética na abordagem do tema garantem à pesquisa um compromisso com a verdade e com a justiça social. Trata-se de um esforço de compreensão que ultrapassa números e normas para alcançar as vozes e os silêncios que ainda marcam a presença feminina na corporação. A metodologia adotada, assim, reflete o propósito deste trabalho: construir uma análise crítica, engajada e propositiva sobre o papel da mulher na Polícia Militar brasileira.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PM

A história da presença feminina na Polícia Militar é marcada por avanços graduais e por uma constante tensão entre ruptura e tradição. Durante muitos anos, o ambiente militar foi considerado uma extensão da lógica patriarcal que excluía a mulher das funções consideradas de força, autoridade e combate. A concepção de gênero historicamente dominante definiu a mulher como naturalmente incompatível com o exercício da autoridade armada, confinando-a aos espaços domésticos e ao cuidado. Tal visão começou a ser questionada no século XX, quando os movimentos feministas e as transformações sociais passaram a reivindicar o acesso igualitário aos espaços públicos e profissionais, inclusive os militares (BEAUVOIR, 1980).

No Brasil, a inserção da mulher na Polícia Militar começou de forma pontual, com a criação de pelotões femininos voltados para ações sociais e administrativas. Contudo, a trajetória institucional de sua presença avançou lentamente e permaneceu por décadas vinculadas à ideia de que seu papel seria o de auxiliar e não de atuar plenamente em funções operacionais. O caso de Minas Gerais, por exemplo, ilustra como o ingresso feminino ocorreu por meio de concursos internos e processos seletivos diferenciados, revelando um modelo de entrada que já delimitava suas possibilidades de atuação (ALVES, 2011).

A institucionalização da mulher na PM, embora legitimada por normas legais, não foi suficiente para desconstruir os estigmas de gênero arraigados na cultura organizacional dessas corporações. As policiais militares enfrentaram – e ainda enfrentam – barreiras simbólicas que as mantêm em posições de menor prestígio, além de enfrentarem resistências veladas à sua presença em determinados setores. Essa segregação funcional reafirma as fronteiras de gênero, criando uma divisão interna entre tarefas “masculinas” e “femininas”, mesmo dentro de uma mesma estrutura de poder (CALAZANS, 2004).

O processo de integração feminina ao espaço militar deve ser compreendido à luz de uma micropolítica institucional que opera tanto por normas formais quanto por práticas implícitas que limitam o avanço das mulheres. A rigidez disciplinar, a cultura da força física e a hierarquia autoritária funcionam, muitas vezes, como barreiras invisíveis que naturalizam a exclusão ou a

limitação da presença feminina nos quadros mais estratégicos da corporação. É nesse contexto que as narrativas individuais e coletivas das policiais ganham relevância como forma de resistência e afirmação identitária (GONZÁLEZ GONZÁLEZ, 1997).

Estudos demonstram que a entrada das mulheres na PM não apenas altera a composição de gênero da corporação, mas também introduz novas formas de atuação e relação com a população. A sensibilidade, a escuta ativa e a mediação de conflitos são qualidades frequentemente associadas às mulheres e que se mostram valiosas no cotidiano policial, sobretudo em abordagens comunitárias. No entanto, tais qualidades ainda são pouco reconhecidas dentro de uma lógica institucional voltada para o confronto e o uso da força como base da autoridade (LARA *et al*., 2011).

A construção de um caminho sólido para a equidade de gênero nas instituições militares exige não apenas o ingresso formal da mulher, mas a reconfiguração profunda dos valores que estruturam essas corporações. Nesse sentido, experiências internacionais mostram que a plena inclusão das mulheres nos espaços de poder e decisão nas Forças Armadas só se efetiva quando há políticas consistentes de combate à desigualdade e valorização da diversidade. A experiência de países da Europa do Sul revela que a cultura militar pode ser transformada desde que haja vontade institucional e reconhecimento das contribuições femininas (CARREIRAS, 2002).

No Brasil, algumas iniciativas têm buscado avançar nessa direção, mas ainda são pontuais e insuficientes diante da magnitude do problema. A persistência da desigualdade de gênero nas polícias militares revela que a presença feminina, apesar de crescente, ainda se depara com estruturas de exclusão profundamente enraizadas. Essa realidade é reforçada por indicadores sociais que apontam para a disparidade no acesso a oportunidades e ao reconhecimento dentro das corporações de segurança pública (ALVES; CAVENAGHI, 2013).

A participação feminina também é atravessada por múltiplas formas de violência simbólica e institucional, incluindo o assédio moral, sexual e a falta de promoção profissional. Muitas mulheres policiais relatam a sensação de estarem constantemente em avaliação, sendo obrigadas a provar sua competência em um ambiente que as enxerga com desconfiança. Esse cenário reforça a importância de se pensar a inclusão feminina na PM como um processo que deve ser acompanhado de políticas de acolhimento, proteção e igualdade efetiva de direitos (FERREIRA, 2022).

Além disso, a presença da mulher na Polícia Militar representa um instrumento potente de promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 5, que versa sobre igualdade de gênero. Integrar as mulheres em condições equitativas nas corporações não é apenas uma demanda ética e social, mas também uma diretriz internacional para o fortalecimento institucional e a promoção de uma segurança pública mais humana e inclusiva. Tais metas só

serão alcançadas com vontade política, reformas institucionais e mobilização social em favor da igualdade (IPEA, 2019).

A evolução histórica da presença feminina na PM não é linear nem homogênea, mas repleta de disputas, avanços e retrocessos. Trata-se de uma trajetória que reflete as contradições da sociedade brasileira em relação ao lugar da mulher nos espaços de poder e de decisão. Ao analisar esse percurso, é possível compreender não apenas a resistência das estruturas militares à mudança, mas também a força transformadora das mulheres que, ao ocuparem esses espaços, desafiam narrativas históricas de exclusão e constroem novas possibilidades de existência dentro das instituições armadas (FERRARI; SOUZA; CASTRO, 2018).

3. DESAFIOS ENFRENTADOS POR MULHERES NO AMBIENTE MILITAR

A trajetória das mulheres no ambiente militar é profundamente marcada por barreiras simbólicas, institucionais e culturais que atravessam suas experiências desde o ingresso até a permanência e ascensão dentro das corporações. A Polícia Militar, enquanto instituição tradicionalmente masculina, reproduz uma cultura organizacional que associa autoridade, força e comando a traços historicamente considerados masculinos. Nesse cenário, as mulheres enfrentam a constante necessidade de provar sua competência em um espaço que ainda questiona sua legitimidade. O enfrentamento dessas resistências exige delas não apenas excelência profissional, mas também resiliência emocional diante do descrédito silencioso que ainda impera nas fileiras militares (FERREIRA, 2022).

A desigualdade de gênero no ambiente militar não se limita à divisão funcional, mas se estende a questões estruturais que envolvem desde a forma de recrutamento até o modo como são promovidas dentro das corporações. Ainda que haja editais de concursos que garantam a igualdade formal de acesso, o quantitativo de vagas, as funções exercidas e o reconhecimento institucional revelam uma assimetria que persiste mesmo após décadas da presença feminina na Polícia Militar. Além disso, os processos avaliativos e de ascensão na carreira nem sempre são transparentes, o que contribui para a perpetuação de uma lógica que privilegia o gênero masculino nas estruturas de comando (CANGUÇU et al., 2021).

Outro desafio recorrente é o enfrentamento da cultura do assédio – tanto moral quanto sexual – que ainda é fortemente presente nos espaços militares. A estrutura hierárquica e a lógica de silêncio e disciplina dificultam a denúncia por parte das vítimas, que muitas vezes temem represálias ou o isolamento dentro da corporação. Essa realidade revela não apenas uma falha institucional na proteção das mulheres, mas também um ambiente hostil que compromete sua dignidade e bem-estar. Quando o espaço de trabalho se torna também um lugar de medo, a permanência feminina se transforma em um ato de resistência diária (Calazans, 2005).

As mulheres policiais também vivenciam uma dupla cobrança: precisam corresponder aos padrões de excelência militar e, simultaneamente, lidar com as expectativas sociais atribuídas ao seu gênero, como a docilidade, o cuidado e a delicadeza. Essa cobrança contraditória coloca a mulher militar em uma encruzilhada simbólica, em que seu comportamento é constantemente julgado, seja por ser considerada “masculinizada” demais ou por ser “feminina demais” para o cargo. Esse dilema identitário compromete a liberdade de atuação e reforça estigmas que colocam a mulher em posição de constante vigilância (Beauvoir, 1980).

O isolamento também é uma realidade enfrentada por muitas mulheres no interior das corporações, sobretudo quando ocupam cargos de liderança. A baixa representatividade feminina em funções de comando impede a construção de redes de apoio e compartilhamento de experiências, o que intensifica o sentimento de solidão institucional. A ausência de modelos femininos em posições de destaque contribui para a percepção de que o espaço de poder não é destinado às mulheres, dificultando a motivação das novas gerações e perpetuando o ciclo de exclusão (Rocha, 2018).

Além das barreiras simbólicas e comportamentais, há obstáculos logísticos que tornam o cotidiano da mulher militar ainda mais difícil. A ausência de infraestrutura adequada – como alojamentos exclusivos, uniformes adaptados e espaços para cuidados maternos – evidencia o quanto as instituições ainda estão aquém de uma real inclusão. Essas limitações não são meros detalhes, mas elementos concretos que inviabilizam a permanência plena da mulher, especialmente quando ela exerce também papéis familiares que exigem atenção e suporte. Tais condições reforçam a negligência institucional com as especificidades femininas no serviço militar (Alves, 2011).

A análise da micropolítica institucional revela que os desafios enfrentados pelas mulheres na PM não se resumem a episódios isolados, mas constituem uma lógica de poder que atua de forma difusa e persistente. Através de pequenos gestos, discursos e práticas reiteradas, as corporações constroem um ambiente de exclusão sutil, mas poderoso. Essa micropolítica do cotidiano silencia, desacredita e marginaliza as tentativas de mudança, fazendo com que o avanço da mulher dentro da instituição dependa não apenas de mérito, mas de enfrentamentos constantes e, muitas vezes, solitários (González González, 1997).

A resistência institucional às pautas de gênero também está ligada ao modelo hierárquico rígido das corporações militares, que dificulta o debate crítico e a abertura para transformações internas. A lógica da disciplina, obediência e comando não favorece a escuta ativa das demandas das mulheres, tampouco incentiva a construção coletiva de soluções. O resultado é uma lentidão nas mudanças estruturais e uma cultura organizacional que, apesar de aparentar neutralidade,

opera por meio de práticas profundamente marcadas pela desigualdade (Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

Contudo, a presença das mulheres na Polícia Militar tem provocado importantes fissuras nesse modelo tradicional. A força simbólica de sua atuação, aliada à sua competência técnica e ao compromisso com a segurança pública, tem impulsionado a reconfiguração das relações institucionais. Mulheres policiais vêm ocupando espaços, articulando redes e mobilizando discussões sobre gênero dentro das corporações. Essas iniciativas, embora ainda frágeis diante da estrutura, revelam a potência transformadora das mulheres quando legitimadas e apoiadas por políticas institucionais concretas (Lara *et al.,* 2011).

Por fim, os desafios enfrentados por mulheres no ambiente militar revelam uma tensão contínua entre pertencimento e resistência. Ser mulher e policial militar no Brasil é assumir a responsabilidade de desbravar um território historicamente hostil à diferença e repleto de códigos que ainda naturalizam a exclusão. No entanto, é também ocupar um lugar de potência e transformação, em que cada passo, cada conquista, cada resistência, torna-se símbolo de mudança. A superação dessas barreiras depende não só da força individual das policiais, mas do compromisso institucional com a justiça de gênero e a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo (De Lima, W.; De Lima, C., 2022).

4. ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E BARREIRAS INSTITUCIONAIS

A presença feminina na Polícia Militar tem sido constantemente atravessada por estereótipos de gênero que, mesmo diante da evolução normativa e da ampliação do debate sobre igualdade, continuam moldando a percepção institucional sobre a mulher. A imagem da policial ainda está, muitas vezes, presa a representações que oscilam entre o ideal da fragilidade e da sensualidade, negando-lhe a legitimidade plena como agente da força pública. Essa construção simbólica tem raízes profundas nas estruturas sociais que atribuem papéis diferenciados entre homens e mulheres, naturalizando uma divisão que reflete na própria estrutura das corporações militares (Ferrari; Souza; Castro, 2018).

A organização das instituições militares reforça esses papéis ao manter uma cultura institucional fortemente hierarquizada, com padrões de comportamento rigidamente definidos. Nesse cenário, o corpo feminino não é apenas controlado, mas também vigiado e disciplinado, como evidenciam relatos de policiais que enfrentam julgamentos constantes sobre sua postura, aparência e comportamento. A ideia de que há uma “forma certa” de ser mulher na Polícia Militar se impõe silenciosamente e contribui para limitar a expressão individual, tornando a adaptação uma exigência para a aceitação dentro da instituição (Schactae, 2015).

Mesmo com avanços em termos de acesso e permanência das mulheres nas corporações, as barreiras institucionais permanecem fortemente atreladas a essas construções de gênero. A alocação preferencial das mulheres em funções administrativas ou de atendimento ao público, por exemplo, revela a tentativa de acomodar o corpo feminino em papéis mais "adequados" à sua suposta natureza, reduzindo as possibilidades de atuação plena. Essa separação funcional não é neutra: ela contribui para a manutenção da masculinidade como referência de competência na atividade-fim da polícia (Alves, 2011).

A manutenção de estereótipos também se expressa na forma como as mulheres são percebidas por seus pares e superiores hierárquicos. A resistência à liderança feminina ainda é presente em diversos setores da Polícia Militar, onde o comando exercido por mulheres é frequentemente submetido a questionamentos velados ou diretos, como se a autoridade fosse uma prerrogativa exclusivamente masculina. A dificuldade de acesso a cargos de chefia não se deve apenas à falta de preparo ou de experiência, mas à crença institucionalizada de que o exercício da liderança exige atributos que a mulher não "naturalmente" possui (Lara *et al.,* 2011).

Tais percepções também impactam diretamente o clima organizacional e a autoestima profissional das mulheres. A constante necessidade de se provar, de desempenhar com perfeição e de não errar sob pena de ser rotulada de incompetente, cria um ambiente de tensão e insegurança. Esse esforço constante para validar sua presença representa uma carga emocional invisível que poucos reconhecem, mas que pesa intensamente sobre a trajetória feminina nas forças de segurança pública (Ferreira, 2022).

Além dos estigmas relacionados à capacidade técnica, existe uma sobreposição entre o papel da mulher policial e as expectativas sociais que recaem sobre a feminilidade. A mulher que demonstra assertividade pode ser vista como "autoritária", enquanto aquela que demonstra sensibilidade pode ser considerada "fraca". Essa ambivalência na avaliação de comportamentos reforça uma lógica perversa de julgamento contínuo, que mina a autonomia das policiais e reforça a ideia de que há uma maneira certa — e estreita — de ser mulher nesse espaço (Beauvoir, 1980).

Os estereótipos de gênero também sustentam práticas institucionais que, mesmo sob um discurso de modernização, continuam restringindo o avanço feminino. As resistências às reformas que visam a equidade de gênero nas polícias muitas vezes vêm disfarçadas de "tradição" ou "manutenção da disciplina", o que dificulta o avanço de políticas transformadoras. A micropolítica institucional atua silenciosamente, mas com eficácia, para manter a estrutura de poder intocada, travando a implementação de mudanças que reconheçam as especificidades e as potencialidades das mulheres policiais (González González, 1997).

Em diversos estudos, constata-se que a igualdade de gênero nas organizações não será efetiva apenas com a presença física de mulheres, mas com a revisão crítica das lógicas que sustentam a hierarquia de gênero. A mudança precisa ser estrutural, atravessar o discurso e atingir as práticas cotidianas que, muitas vezes, operam por exclusão simbólica. Os processos de avaliação, promoção, distribuição de tarefas e até os treinamentos precisam ser repensados sob a ótica da equidade, valorizando trajetórias e competências diversas (Canguçu *et al.,* 2021).

Nesse contexto, as políticas públicas orientadas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 5, desempenham um papel estratégico para estimular uma nova cultura institucional. O enfrentamento aos estereótipos de gênero deve ser uma prioridade na construção de ambientes de trabalho mais justos e equilibrados, nos quais as mulheres não apenas ingressem, mas permaneçam e ascendam com dignidade e reconhecimento. Para isso, é essencial que o poder público, as corporações e a sociedade civil atuem de forma articulada, promovendo campanhas educativas, capacitação e monitoramento das ações afirmativas (De Lima, W.; De Lima, C., 2022).

Portanto, romper com os estereótipos de gênero e enfrentar as barreiras institucionais é um desafio que vai além da inserção numérica das mulheres na Polícia Militar. Trata-se de uma tarefa que exige coragem institucional para rever paradigmas históricos, humildade para ouvir as experiências femininas e compromisso com a construção de uma segurança pública verdadeiramente inclusiva. Valorizar a diversidade de perfis e trajetórias é reconhecer que a força não está na uniformidade, mas na capacidade de aprender com a diferença e transformá-la em potência coletiva (Calazans, 2005).

5. CONTRIBUIÇÕES FEMININAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

A presença feminina nas instituições policiais não apenas representa um marco na luta pela igualdade de gênero, mas tem contribuído de maneira efetiva para a humanização e eficiência das ações de segurança pública. As mulheres policiais desempenham funções que vão muito além do operacional, trazendo para o exercício da autoridade um olhar mais sensível, empático e centrado na escuta. Essa postura favorece a mediação de conflitos e o acolhimento de populações vulneráveis, aspectos que historicamente foram relegados a segundo plano nas abordagens tradicionais de segurança (Calazans, 2004).

A atuação das mulheres policiais também tem sido fundamental para o enfrentamento da violência de gênero, especialmente no atendimento a vítimas de violência doméstica. A identificação, a empatia e o acolhimento proporcionado por policiais do mesmo sexo criam uma atmosfera de maior confiança e segurança para as vítimas, permitindo que denúncias sejam feitas e acompanhamentos, realizados. Essa contribuição é ainda mais importante quando se observa o

crescimento dos casos de violência contra a mulher e a persistência de uma cultura machista que silencia e deslegitima as vítimas (De Lima, W.; De Lima, C., 2022).

Nos últimos anos, a inserção feminina tem se mostrado decisiva na transformação da lógica repressiva que dominava a atuação policial. A incorporação de práticas mais preventivas e comunitárias, pautadas no diálogo e na proximidade com a população, tem contado com a participação ativa das mulheres. A presença feminina contribui para desnaturalizar a ideia de que a autoridade precisa estar associada ao uso da força física ou ao autoritarismo, abrindo espaço para uma nova concepção de segurança cidadã (Carreiras, 2002).

Além disso, a trajetória das mulheres nas forças de segurança tem promovido reflexões institucionais importantes sobre a estrutura e o funcionamento das corporações. Ao ocupar espaços antes restritos aos homens, as mulheres provocam a revisão de normas, condutas e valores que regiam a atividade policial. Mesmo enfrentando resistências e discriminações, elas têm influenciado positivamente a reestruturação das carreiras, contribuindo para tornar as polícias mais inclusivas, modernas e representativas da sociedade que protegem (Ferreira, 2022).

As contribuições femininas também se expressam nos indicadores de desempenho das unidades em que atuam. Diversos estudos apontam que equipes mistas apresentam melhores resultados na mediação de conflitos e no atendimento a ocorrências com menores índices de letalidade. Isso demonstra que a diversidade de gênero é um fator de fortalecimento institucional, pois amplia as formas de resposta e de atuação diante das múltiplas demandas sociais contemporâneas (Canguçu *et al.,* 2021).

Importante destacar que a atuação das mulheres na segurança pública também desafia os estereótipos que lhes foram historicamente atribuídos. O imaginário social que associa o feminino à fragilidade, à passividade ou à falta de preparo técnico tem sido constantemente desconstruído pela excelência do trabalho desenvolvido por essas profissionais. Essa quebra de paradigmas tem impacto direto sobre a autoestima das novas gerações de mulheres e abre caminhos para uma atuação cada vez mais qualificada e confiante nas instituições militares (Ferrari; Souza; Castro, 2018).

Além das funções operacionais e administrativas, muitas mulheres têm se destacado na produção de conhecimento sobre segurança pública e gênero, contribuindo com pesquisas, projetos e políticas públicas voltadas à equidade. Elas também têm atuado em comissões internas de igualdade, ouvidorias e conselhos de ética, espaços que demandam escuta sensível e compromisso com os direitos humanos. Essa presença ativa na formulação e no controle social das práticas de segurança demonstra o protagonismo feminino como eixo fundamental para a democracia (Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

As contribuições das mulheres também promovem mudanças no modo como a sociedade percebe a Polícia Militar. A imagem da corporação, historicamente vinculada à repressão, começa a ser ressignificada a partir do exemplo e da presença das policiais que, com sua atuação ética, comprometida e empática, aproximam a instituição das comunidades. Em um momento em que se discute a confiança nas forças públicas, esse vínculo é estratégico e tem nas mulheres um dos principais vetores de reconstrução dessa relação com a sociedade (Lara *et al.,* 2011).

No entanto, essas contribuições ainda não são reconhecidas em sua totalidade. Muitas mulheres seguem sendo sub-representadas em cargos de comando, enfrentando barreiras institucionais que minimizam sua importância e invisibilizam sua atuação. A igualdade formal, garantida pelas leis, ainda não se traduz em equidade plena dentro das corporações. Para que isso aconteça, é necessário que as contribuições femininas sejam não apenas reconhecidas, mas valorizadas e promovidas em todas as instâncias da segurança pública (Alves; Cavenaghi, 2013).

Portanto, é inegável que as mulheres têm desempenhado um papel transformador na segurança pública, não apenas pelo que fazem, mas pela forma como fazem. Ao promoverem práticas mais humanas, inclusivas e dialogadas, elas representam uma oportunidade concreta de reconfiguração institucional. Valorizá-las é mais do que um ato de justiça: é um caminho estratégico para construir uma segurança pública que respeite os direitos, promova a paz social e espelhe a diversidade do povo brasileiro (Rocha, 2018).

6. POLÍTICAS DE INCLUSÃO E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

A construção de políticas públicas voltadas à inclusão e à igualdade de oportunidades para mulheres na Polícia Militar representa uma resposta tardia, porém necessária, às desigualdades históricas de gênero no Brasil. Durante décadas, o ambiente militar foi moldado por padrões hierárquicos e autoritários que pouco se abriram à diversidade, reforçando estereótipos e limitando a atuação feminina a funções secundárias. O rompimento desse ciclo tem exigido esforços articulados entre legislação, vontade política e reconhecimento institucional, para que o discurso da igualdade ultrapasse o campo simbólico e se efetive na prática profissional das corporações (Alves; Cavenaghi, 2013).

A criação de mecanismos de ação afirmativa, como cotas, concursos específicos e núcleos de igualdade, tem sido um passo importante na reestruturação do espaço militar. Essas iniciativas buscam corrigir desigualdades estruturais e oferecer condições mínimas para que as mulheres tenham acesso não apenas à entrada, mas à permanência e ascensão nas carreiras militares. Contudo, essas políticas ainda enfrentam forte resistência cultural, já que o mérito continua sendo utilizado como argumento para deslegitimar tais medidas e reforçar a lógica masculina de competição e exclusão (Canguçu *et al.,* 2021).

No contexto brasileiro, diversas iniciativas têm tentado alinhar as práticas institucionais aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 5, que trata da igualdade de gênero. Entre elas, destacam-se programas de capacitação, campanhas de combate ao assédio e comissões de acompanhamento da presença feminina nas corporações. Esses programas ainda enfrentam obstáculos, mas têm colaborado para construir um ambiente mais sensível às questões de gênero e mais preparado para lidar com a complexidade da inclusão em uma estrutura marcada por séculos de masculinização (IPEA, 2019).

A implementação dessas políticas, porém, não pode se dar de maneira desarticulada. É necessário que se compreenda a importância da transversalidade das ações, ou seja, que o combate à desigualdade esteja presente em todas as esferas da gestão institucional, desde o recrutamento até a promoção e a aposentadoria. Essa lógica requer que a igualdade de oportunidades seja tratada não como exceção ou privilégio, mas como condição fundamental para a qualidade do serviço público e para a legitimidade democrática da Polícia Militar (Calazans, 2005).

Mesmo diante de políticas formais de inclusão, muitas mulheres ainda enfrentam barreiras silenciosas, como a ausência de modelos femininos de liderança, a sobrecarga por conciliar maternidade e trabalho, e o isolamento em ambientes predominantemente masculinos. Tais desafios demonstram que a igualdade de oportunidades exige mais do que medidas institucionais; demanda também uma mudança de mentalidade coletiva e o rompimento com as narrativas que naturalizam as limitações impostas às mulheres no ambiente militar (Ferreira, 2022).

A luta por igualdade dentro das instituições de segurança também tem gerado reflexões sobre os limites da neutralidade institucional. Muitas vezes, as corporações afirmam tratar todos os servidores da mesma forma, ignorando as desigualdades estruturais que atingem desproporcionalmente mulheres, negros e outros grupos historicamente marginalizados. A equidade, portanto, surge como conceito central, pois reconhece que tratar os diferentes de maneira igual não produz justiça, sendo preciso adotar ações específicas para nivelar oportunidades (Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

Para que as políticas de inclusão sejam eficazes, é fundamental que haja participação ativa das mulheres na construção dessas iniciativas. A escuta das experiências femininas dentro da PM permite que as soluções estejam mais conectadas à realidade e que os programas deixem de ser apenas formais para se tornarem efetivos. Ao incorporar essas vivências, a gestão militar ganha sensibilidade, empatia e maior capacidade de responder aos desafios do cotidiano institucional com justiça e respeito à diversidade (Lara *et al.,* 2011).

Ainda é relevante destacar que políticas públicas só alcançam êxito quando acompanhadas de fiscalização, avaliação contínua e indicadores de desempenho. Muitas ações

ficam no papel ou se esvaziam ao longo do tempo por falta de investimento e comprometimento político. O engajamento da sociedade civil, das associações de classe e das próprias militares é essencial para manter essas pautas vivas e garantir que os avanços não sejam retrocedidos diante de conjunturas políticas desfavoráveis (De Lima, W.; De Lima, C., 2022).

As políticas de inclusão não devem ser vistas como favorecimento, mas como mecanismo de reparação histórica e fortalecimento institucional. A diversidade no ambiente militar amplia os horizontes de atuação, contribui para uma segurança mais humanizada e aproxima as corporações das comunidades que servem. Essa pluralidade de olhares, saberes e práticas é o que permite transformar uma estrutura tradicionalmente verticalizada em um espaço mais democrático e eficiente (Ferrari; Souza; Castro, 2018).

Por fim, a consolidação da igualdade de oportunidades na Polícia Militar passa pela compreensão de que a presença feminina é essencial à construção de uma cultura organizacional mais justa, plural e representativa. É preciso superar a ideia de que as mulheres devem se adaptar a um modelo masculino de poder para serem aceitas. Ao contrário, é a estrutura que precisa se transformar para acolher, valorizar e impulsionar todas as formas legítimas de contribuir com a segurança pública, reafirmando o compromisso com os princípios constitucionais de igualdade e dignidade (Alves, 2011).

7. CONSIDERAÇÕES

É necessário compreender que a presença da mulher na Polícia Militar não deve ser analisada apenas pela ótica do acesso, mas também pela permanência e pelas possibilidades de ascensão. As dificuldades enfrentadas cotidianamente por essas profissionais revelam um sistema que ainda precisa avançar muito em termos de equidade. O preconceito velado, as discriminações de gênero e os limites impostos à progressão na carreira expõem feridas institucionais que ainda não foram cicatrizadas. Nesse cenário, a inclusão feminina precisa ser acompanhada de políticas que assegurem condições reais de igualdade e respeito.

Outro ponto que se evidencia ao longo desta pesquisa é a importância de repensar os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres dentro da estrutura militar. A tendência de destiná-las a funções administrativas ou assistenciais precisa ser rompida com urgência. A competência profissional não tem gênero, e restringir a atuação das mulheres a determinados postos significa negar à corporação a riqueza de perspectivas que elas podem oferecer. A inclusão plena demanda não só a abertura de vagas, mas também a desconstrução dos estigmas que ainda limitam a atuação feminina em funções estratégicas e de comando.

Além disso, percebe-se que a mudança institucional só se consolidará quando houver uma transformação cultural mais ampla. A formação dos policiais, o discurso das lideranças e as

práticas cotidianas dentro dos quartéis devem estar alinhados com os princípios da igualdade de gênero. Isso exige não apenas normas escritas, mas também ações pedagógicas e educativas que sensibilizem todos os membros da corporação para o respeito à diversidade. A construção de uma cultura mais inclusiva e democrática depende da disposição para revisar valores e comportamentos historicamente cristalizados.

A participação da mulher na segurança pública é também um avanço social. Ela representa um passo importante para a construção de políticas públicas mais sensíveis, para a humanização do atendimento às vítimas e para a promoção de uma segurança cidadã. A presença feminina nas ruas, nos batalhões e nas decisões estratégicas contribui para aproximar a instituição da sociedade que ela protege, fortalecendo os laços de confiança e promovendo uma atuação mais empática e eficaz. É, portanto, uma conquista que transcende os muros da corporação e impacta diretamente a qualidade dos serviços prestados à população.

É igualmente essencial destacar que o debate sobre a inserção da mulher na Polícia Militar precisa envolver toda a sociedade. A mudança não pode ser responsabilidade apenas das mulheres ou das instituições de segurança. Ela deve ser partilhada por todos os setores, incluindo os meios de comunicação, o sistema educacional, os órgãos de justiça e a própria comunidade. A superação das desigualdades de gênero é uma tarefa coletiva e contínua, que exige diálogo, escuta e compromisso com uma sociedade mais justa e plural. Nesse sentido, cada passo dado por uma mulher dentro da PM é também um passo da sociedade em direção à igualdade.

Com este trabalho, buscou-se não apenas compreender os caminhos já percorridos pelas mulheres no ambiente militar, mas também lançar luz sobre os desafios que ainda persistem. A resistência cotidiana, as lutas por visibilidade e a busca por reconhecimento profissional revelam a força de uma presença que veio para ficar. As mulheres na Polícia Militar não pedem permissão para existir nesse espaço: elas existem, resistem e transformam. E cada conquista, ainda que pequena, representa um avanço significativo no processo de democratização das instituições de segurança.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 17, n. 2, p. 83-105, jul./dez. 2013.

ALVES, Lívia Neide de Azevedo. **A polícia feminina na Polícia Militar de Minas Gerais:** percurso histórico. 2011. Monografia (Especialização) – Academia de Polícia Militar, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo:** fatos e mitos. 4. ed. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 23 maio 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.** Código de Processo Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 23 maio 2025.

CALAZANS, M. E. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 142-150, 2004.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Polícia e gênero no contexto das reformas policiais. **La Salle – Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 10, n. 2, 2005.

CANGUÇU, L. R. B. *et al.* Igualdade de gênero nas organizações. **Brazilian Journals of Business**, 2021. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJB/article/view/33926/26530. Acesso em: 22 maio 2025.

CARREIRAS, Helena. **Mulheres em armas:** a participação militar feminina na Europa do Sul. Lisboa; Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, 2002. p. 34-35.

DE LIMA, W. A.; DE LIMA, C. A. Estratégias práticas para o enfrentamento à violência contra a mulher: uma análise sobre a implementação do ODS 5 – igualdade de gênero no município de Corumbá-MS. **Brazilian Journals of Development**, 2022. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/44878/pdf. Acesso em: 22 maio 2025.

FERRARI, A.; SOUZA, M. L. de; CASTRO, R. P. de. Fazendo e desfazendo gênero em Billy Elliot**. Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, v. 36, n. 73, p. 51-67, 2018.

FERREIRA, G. A. Sou mulher e policial militar**:** problematizações acerca da presença de mulheres em meio à corporação militar no Estado do Paraná. **Revista Científica da Escola Superior de Polícia Militar,** n. 4, p. 270–295, 2022.

GONZÁLEZ GONZÁLEZ, M. T. La micropolítica escolar: algunas acotaciones. **Revista Professorado**, v. 1, n. 2, p. 45-47, 1997.

IPEA. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html. Acesso em: 22 maio 2025.

LARA, L. F. *et al.* Relações de gênero na Polícia Militar: narrativas de mulheres policiais. **Holos**, v. 33, n. 4, 2011.

ROCHA, M. E. G. T. A mulher militar e sua integração nas Forças Armadas. *Tribuna Castrense*: **Revista especializada em ciências militares**, Belo Horizonte, n. 1, p. 10-11, jul. 2018.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. A ordem e a margem: comportamento disciplinar para a polícia feminina no Paraná (1977-2000). **Revista Tempo**, Niterói, v. 21, n. 37, 2015.